

PROGRAMA CURRICULAR

ANO LETIVO 2015 — 2016

Unidade Curricular:	Praxis e Gestão Museológica
Docente responsável:	Professora Associada Luísa Capucho Arruda
Respetiva carga letiva na UC:	
Outros Docentes:	
Respetiva carga letiva na UC:	
ECTS:	8 ECTS

1 — Objetivos de Aprendizagem

Congregando em si as funções de estudo, salvaguarda e divulgação do Património Cultural para fruição dos seus públicos, o Museu é uma entidade dinâmica que exige dos seus responsáveis conhecimentos sólidos na área da Gestão.

Se a gestão administrativa – incluindo as vertentes financeira e de recursos humanos - se inscreve na estrita competência funcional dos cargos dirigentes, aos quadros técnicos dos museus (conservadores e técnicos superiores) são frequentemente atribuídas funções na área da gestão das coleções e dos espaços museológicos, pelo que o domínio destas matérias constitui um requisito essencial para quem tem de informar processos, propor soluções e emitir pareceres tendo em vista a tomada de decisões finais.

Uma gestão permanente e eficaz dos recursos pressupõe, porém, que todos os agentes nela envolvidos conheçam os instrumentos legais em vigor (tanto os diplomas nacionais como os normativos internacionais) que, de algum modo, determinam os procedimentos a adotar e asseguram a concretização e o sucesso das práticas museológicas.

Sendo a *Praxis e Gestão Museológica* uma unidade curricular abrangente e estruturante, na respetiva componente de Gestão e Legislação pretende-se transmitir aos mestrandos conceitos operativos e noções fundamentais ao desenvolvimento de competências próprias em contexto profissional, assim como dotá-los de instrumentos indispensáveis a uma abordagem crítica das temáticas em estudo.

2 — Conteúdos Programáticos

PARTE I - LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

I.1 – O Código Deontológico do ICOM (*International Council of Museums*) / UNESCO

I.2 – LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

I.2.1 - Principais Tratados e Convenções Internacionais e diplomas comunitários atinentes à salvaguarda do património cultural de valor museológico que vinculam o Estado Português.

I.3 – LEGISLAÇÃO NACIONAL

I.3.1 - Apresentação e análise crítica dos diplomas legais em vigor que determinam a actuação dos museus portugueses em matéria de proteção, conservação e divulgação do património cultural. Identificação de conceitos jurídicos e sua articulação com a prática museológica.

I.3.2 - A Lei de Bases do Património Cultural (Lei N.º 107/2001, de 8 de setembro), a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei N.º 47/2004, de 19 de agosto) e respetivos diplomas conexos e de desenvolvimento.

I.3.3 – Apresentação genérica dos principais organismos nacionais com competências específicas na salvaguarda do património cultural móvel e respetivos diplomas orgânicos. Limites, sobreposições e novo enquadramento.

PARTE II – GESTÃO MUSEOLÓGICA

II.1 – GESTÃO DE COLEÇÕES

II.1.1 - Aquisição e Incorporação

II.1.2 – Modalidades de incorporação de bens museológicos (Lei-Quadro dos Museus Portugueses)

II.1.2.1 – Compra

II.1.2.2 – Doação, legado e herança

II.1.2.3 – Recolha

II.1.2.4 – Outras modalidades de incorporação

II.1.3 – Regimes de depósito e de comodato

II.1.4 – O Inventário como princípio estruturante de todas as atividades museológicas.

II.1.5 – Mobilidade das coleções: circulação nacional e internacional

II.1.5.1 – Procedimentos e boas práticas nos diferentes contextos de circulação de bens culturais.

II.1.6 – Documentação de coleções e gestão da informação: um processo dinâmico

II.1.6.1 – Informação recebida

II.1.6.2 – Informação produzida

II.1.6.3 – Informação transmitida

II.2 - GESTÃO DE EDIFÍCIOS E DE ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

II.2.1 – Imóveis classificados e zonas especiais de proteção: condicionalismos inerentes.

II.2.2 – Espaços públicos, reservados e de acesso condicionado.

II.2.2.1 – Segurança

II.2.2.2 - Acessibilidade

II.2.3 – Espaços verdes e espaços adstritos a funções extra-museológicas (comércio, restauração ou outra)

II.3 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (BREVES NOÇÕES)

3 — Metodologias de Ensino e Avaliação

Apresentação dos conteúdos programáticos com recurso a projeção de diapositivos, acompanhada de análise crítica de suportes documentais inerentes aos temas abordados, designadamente diplomas legais específicos e/ou de enquadramento.

Problematização sistemática a partir de situações concretas, seguida de debate.

As áreas de interesse dos mestrandos poderão justificar a explanação mais aprofundada de determinadas matérias ou a eventual adequação dos conteúdos às situações identificadas.

A avaliação das competências adquiridas será feita de forma continuada, ao longo das diferentes unidades temáticas (30%), em que os alunos serão avaliados em função da qualidade da participação e da reflexão analítica em torno dos temas propostos, assim como de um trabalho escrito a realizar no final da unidade curricular, correspondendo à avaliação sumativa (70%). A aprovação será expressa em valores de 10 a 20. A avaliação exige da parte dos alunos uma frequência regular das aulas.

4 — Bibliografia e Fontes (essencial)

I – LEGISLAÇÃO

I.1 – LEGISLAÇÃO DE BASE

Lei nº 47/2004, de 19 de agosto (Lei-Quadro dos Museus Portugueses)

Diplomas associados:

Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de janeiro - Estabelece a credenciação de museus e aprova o seu formulário de candidatura;

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de bases do património cultural)

Desenvolvimentos:

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho - Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho (classificação como “bens de interesse nacional” ou “tesouros nacionais” de um conjunto de bens integrados em 18 Museus sob tutela do IPM, com a Declaração de Retificação n.º 62/2006, de 11 de setembro, publicada em DR 1ª série, n.º 179, de 15/09/2006)

Código Deontológico para os Museus (ICOM)

I.2 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

I.2.1 – DIPLOMAS ORGÂNICOS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro

Lei orgânica da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) – Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio

Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho - Estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Código do Procedimento Administrativo (CPA)

II - DIPLOMAS INTERNACIONAIS

CONVENÇÃO para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, aprovada em HAIA, em 14 de maio de 1954

CONVENÇÃO Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, adotada em Paris na 16.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 14 de novembro de 1970;

Convenção de Washington (CITES), Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, 1975

Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, La Valetta, 1992

CARTA DE SOFIA – Carta Internacional do ICOMOS sobre a proteção e a gestão do património cultural subaquático. Ratificada pela 11ª Assembleia Geral do ICOMOS, Sofia, outubro de 1996.

CONVENÇÃO Internacional do UNIDROIT sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, assinada em Roma em 24 de julho de 1995 (ratificada por Decreto do Presidente da República Portuguesa N.º 22/2000).

CONVENÇÃO da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático, Paris, 2 de novembro de 2001 (ratificada por Portugal em 21/09/2006).

CONVENÇÃO da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 20 de outubro de 2005 (ratificada por Portugal em 16/03/2007).

REGULAMENTO (CE), n.º 116/2009, do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativo à exportação de bens culturais (versão codificada). Substitui o Regulamento (CE) n.º 3911/92, do Conselho, de 9 de dezembro de 1992 (alterado pelo Regulamento (CE) N.º 974/2001, do Conselho, de 14 de maio).

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) n.º 1081/2012, da Comissão, de 9 de novembro de 2012, no que respeita ao Regulamento CE n.º 116/2009 do Conselho, relativo à exportação de bens culturais (codificação) e estabelece um novo modelo de formulário.

Diretiva 2014/60/UE do PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 15 de maio de 2014 (Relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro e que altera o Regulamento EU (nº 1024/2012 (Reformulação)

III - RECURSOS NA INTERNET

AAVV, “Normas de Inventário” (gerais e específicas)

Lisboa: IPM/IM-IP, 1999-2012)

Catorze títulos para *download* em

<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>)

Museus em Rede - Boletim da Rede Portuguesa de Museus, nºs 1-39 (publicação periódica da RPM, disponível para download em <http://patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/boletim-rpm/>)

PEREIRA, Marília, CARVALHO, Anabela (coord.), 2004

Circulação de Bens Culturais Móveis (col. Temas de Museologia).

Lisboa: IPM (download em <http://patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-movel/circulacao-de-bens-culturais-moveis-e-gestao-de-colecoes/>)

PINHO, Elsa Garrett, 2002 [revisão 2011]

Património Cultural da Nação. Bens Culturais Móveis Classificados, Inventariados ou Arrolados. Publicação *online* no website da DGPC.

URL: http://patrimoniocultural.pt/static/data/patrimoniomovel novo/historial_bmci_2011.pdf

SOUSA, Conceição Borges de, *Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa: IMC, 2007 (disponível para download em <http://patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-movel/circulacao-de-bens-culturais-moveis-e-gestao-de-colecoes/>)

IV - BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, 2001

Museología y Museografía.

Barcelona: Serbal, 2001

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, 1993

Museologia: introducción a la teoría y práctica del museo

Madrid: Istmo

AMBROSE, Timothy e PAINE, Crispin, 1993

Museum basics.

London and New York: Routledge, 1993

ANICO, Marta, 2008

Museus e pós-modernidade: discursos e performances em contextos museológicos locais

Lisboa: Inst. Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade. Técnica

ASHLEY-SMITH, Jonathan, 1999

Risk assesement for object conservation. Londres: Butterworths, 1999

Atas do 1º Encontro Científico do IPCR, [2003]

A conservação preventiva e as exposições temporárias.

Lisboa: IPCR

AAVV, 2002

Atas do Encontro Museus e Educação (Centro Cultural de Belém, 10 e 11 de Setembro de 2001).

Lisboa: Instituto Português de Museus

COLWELL, Peter, MENDES, Elisabete, 2004

Museus e Acessibilidade (col. Temas de Museologia).

Lisboa: IPM

IPM/OAC, 2000

Inquérito aos Museus em Portugal.

Lisboa: Instituto Português de Museus/Observatório das Atividades Culturais

CARVALHO, Ana, 2011

Os museus e o património imaterial em Portugal. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas

Évora: Universidade de Évora / Ed. Colibri

CUSTÓDIO, Jorge (coord. científica) *et alli.*, 2010

100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. Lisboa: MC/IGESPAR, 2010

CASSAR, May, 3ª ed., 1999 [1995]

Environmental management. Guidelines for museums and galleries.

London and New York: Routledge

DEAN, David, 1996

Museum exhibition.

London and New York: Routledge

FERNÁNDEZ, Alonso e FERNÁNDEZ, Isabel García, 1999

Diseño de exposiciones. Concepto, instalación y montaje.

Madrid: Alianza Editorial

FERNÁNDEZ, Isabel Maria García, 1999

La conservación preventiva y la exposición de objetos y obras de arte.

Murcia: Editorial KR

GOMES, Carla Amado e RAMOS, José Luís Bonifácio, 2011

Direito da Cultura e do Património Cultural.

Lisboa: AAFDL

GUEDES, Natália Correia, 2004

Thesaurus – Vocabulário de Objetos do Culto Católico.

Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança e Universidade Católica Portuguesa.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 1996

Manual de museología.

Madrid: Síntesis

LOPES, Flávio, 2013

Zonas de proteção ao património arquitetónico. Para que servem?

Lisboa: Ed. Caleidoscópico

OAC/IPM, 2005

O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)

Lisboa: IPM/OAC

MacDONALD, Sharon and FYFE, Gordon [editors], 3ª ed., 1999 [1996]

Theorizing museums.

Oxford and Malden

McLEAN, Fiona, 3ª ed., 2002 [1997]

Marketing the museum.

London and New York: Routledge

The Council for Museums, Archives and Libraries, 2003

Security in Museums, Archives and Libraries. A Practical Guide.

London: Re:source

SERRA, Filipe Mascarenhas, 2007

Práticas de gestão nos museus portugueses

Lisboa: Universidade Católica Editora

SCHUBERT, Karste, *The curator's egg. The evolution of the museum concept from the French Revolution to the present day.* London: One-Off Press, 2000

THOMSON, Garry, 1981

The museum environment.

Londres: Butterworths

TRAVERS Tony and GLAISTER, Stephen, March 2004

Valuing Museums.

London: NMDC

DISSERTAÇÕES e TRABALHOS ACADÉMICOS

AMARAL, Joana Rebordão, 2011

Gestão de acervos: proposta de abordagem para a organização de reservas

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia. Orientação científica da Prof.

Doutora Raquel Henriques da Silva

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, março 2011

CAMACHO, Maria Clara de Frayão

Credenciação, sistemas e redes nacionais de museus.

PINHO, Elsa Garrett, 2013

A evolução das coleções públicas em contexto democrático: políticas de incorporação e vetores de crescimento nos museus de arte da administração central do Estado: (1974-2010); Dissertação de Doutoramento em. Belas-Artes (Ciências da Arte) (Museologia)

Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2 vols [policopiado]

MATOS, Alexandre Ribeiro, 2007

Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas. Contribuições para a certificação de museus

Dissertação de Mestrado em Museologia (orientação Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007

5 — Assistência aos alunos

A assistência aos alunos será assegurada de forma continuada através de correio eletrónico e de eventuais reuniões a agendar com o docente.

Luísa Capucho Arruda

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 13 de Junho de 2015